

A EVOLUÇÃO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO NA GRANDE SÃO PAULO

Leila Tendrih*
Sinésio Pires Ferreira*

A crise econômica por que passa o país, acentuada a partir de 1990, teve intensos reflexos no nível de emprego e causou alterações importantes no mercado de trabalho em termos dos setores econômicos responsáveis pela absorção da força de trabalho, das estratégias de sobrevivência da população e dos níveis de rendimentos por ela auferidos.

Para tentar avaliar a intensidade dessas mudanças e seus impactos sobre o conjunto dos trabalhadores da Grande São Paulo, serão utilizados os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), desenvolvida pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) em conjunto com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), que é realizada desde 1984 para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

A PED acompanha a evolução do mercado de trabalho nos 38 municípios da Grande São Paulo, através de um inquérito domiciliar aplicado a todos os moradores de 3.000 domicílios que, a cada mês, fazem parte de sua amostra.

A partir da forte retração da atividade econômica provocada pelo Plano Collor em março de 1990, iniciou-se uma rápida elevação da taxa de desemprego que alcançou 10,3% naquele ano, contra 8,7% em 1989. Em 1991, a taxa de desemprego continuou crescendo e, em novembro de 1992, já era de 14,6%, o que, em termos absolutos equivale a um contingente de desempregados de quase 1.200.000 pessoas.

Além do crescimento do desemprego, houve mudanças no perfil da ocupação daqueles que continuaram empregados. Desde 1990, a indústria tem reduzido significativamente a sua absorção de mão-de-obra. Em 1990, foram eliminados 4,8% dos postos existentes no setor industrial em 1989, em 1991, a redução foi de 6,4% em relação à média do ano anterior e, nos

onze primeiros meses de 1992, chegou a 8,4%.

Incidindo sobre um nível de ocupação já bastante reduzido, essa eliminação de postos de trabalho, em 1991, implicou na perda de participação do setor industrial no total dos ocupados que, pela primeira vez desde 1984, quando se iniciou a PED, ficou abaixo dos 30%.

As demissões no setor industrial tiveram características distintas ao longo dos últimos três anos. Em 1990, a diminuição dos postos de trabalho foi generalizada nas diversas posições ocupacionais (assalariados com e sem carteira de trabalho assinada e autônomos) mas atingiu com mais intensidade os assalariados sem carteira

de trabalho assinada.

Em 1991, ao contrário, houve redução do emprego em relação à média do ano anterior, apenas para os assalariados com carteira de trabalho assinada, cujo contingente empregado na indústria se reduziu em 10%.

Em 1992, as informações disponíveis até novembro mostram uma intensificação das demissões, visto que o nível de ocupação industrial se reduziu em 8,4%, no período. Tais demissões deram-se, mais uma vez, de forma concentrada entre os assalariados com carteira de trabalho assinada, cujo contingente, no mesmo período, diminuiu em 14,7%.

Assim sendo, de acordo com os dados

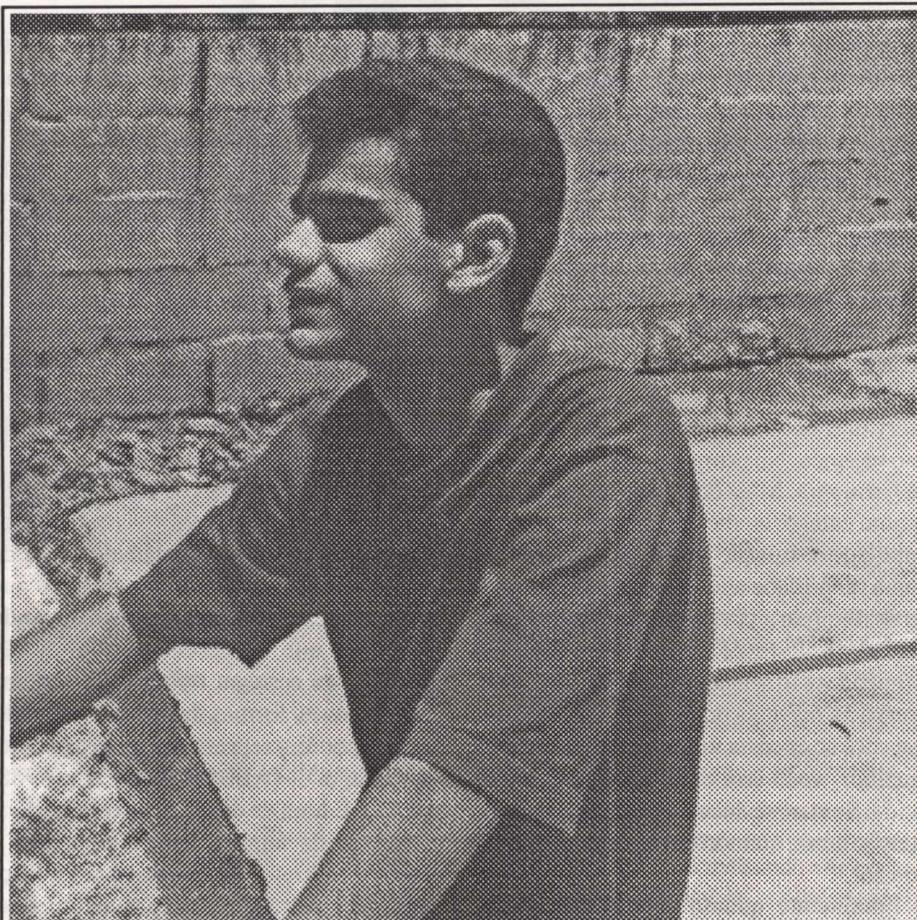


Foto: Pedrão

disponíveis, a estratégia empresarial frente à recessão e instabilidade na economia teria sido atender ao crescimento sazonal da demanda através da contratação de trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada ou pelo aumento do trabalho autônomo. Isto fica demonstrado pelo crescimento dos índices de ocupação dos assalariados sem carteira de trabalho assinada e dos autônomos, em 1991 e 1992, a despeito do decréscimo do emprego industrial no mesmo período.

Parece, portanto, ter havido uma substituição de parte dos assalariados com carteira de trabalho assinada por trabalhadores incorporados à indústria sob formas mais frágeis de contratação, enquanto uma parcela expressiva daqueles tornou-se desempregada. Embora possa ser argumentado que, de acordo com a ótica dos empresários, formas precárias de contratação se adequem melhor, em termos do custo de eliminação do posto, às condições de instabilidade da economia, elas acirram a fragilidade dos trabalhadores frente à crise.

Isto porque, além do elevado nível de desemprego e da maior precarização das formas de contratação, vem se registrando também uma queda significativa dos rendimentos médios dos ocupados na indústria que, só em 1991, foi de 13%. Em outubro de 1992, o valor dos rendimentos médios dos ocupados na indústria correspondia a apenas 65,8% do valor registrado, em média, em 1985, descontada a variação da inflação.

É importante destacar que o nível médio de rendimentos dos assalariados sem carteira de trabalho assinada é significativamente inferior ao dos assalariados com carteira de trabalho assinada. Em outubro de 1992, por exemplo, enquanto um assalariado que possuísse carteira de trabalho assinada ganhava, em média, Cr\$ 2.829.370, um que não a possuísse recebia apenas Cr\$ 1.199.875.

Deste modo, do ponto de vista do empregador, a utilização de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e de autônomos representa não só a alegada redução de custos de demissão mas também o rebaixamento de salários, viabilizado pela retração da atividade econômica e pelo elevado desemprego.

O nível de ocupação no comércio (algo em torno de 16% do total dos ocupados na Grande São Paulo) ampliou-se em 5,3%, em 1991. Entretanto, seu comportamento segundo posição ocupacional foi semelhante ao registrado na indústria. Em 1991, houve uma redução expressiva nos índices de ocupação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, ao mesmo tempo em que aumentavam os dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e autônomos.

Em 1992, com as informações disponíveis até novembro, pode-se afirmar que a situação continuou a se agravar. Além da redução do contingente de assalariados que possuíam carteira de trabalho assinada (-9,0%), também diminuiu o dos que não a possuíam (-9,5%). O pequeno crescimento da ocupação de autônomos, por sua vez, não foi suficiente para compensar a expressiva redução do emprego no setor (-4,0%) nem, tampouco, para impedir a ampliação do desemprego.

Também aqui, essa tendência à fragilização das relações de emprego se torna mais grave por ocorrer simultaneamente a uma acentuada queda do nível de rendimento médio dos ocupados no setor que, em 1991, decresceu 18%, em relação ao ano anterior, e vem se mantendo estabilizado num patamar muito baixo ao longo de 1992.

Quanto ao setor de serviços, sua dinâmica exerceu influência decisiva sobre o comportamento do nível de ocupação na Grande São Paulo nos últimos anos. Devido à elevada participação do setor no total de ocupados (45%), o crescimento de 9,3% em seu nível de ocupação, em 1991, foi fundamental para contrabalançar, em termos quantitativos, os efeitos da redução do emprego industrial na Região Metropolitana de São Paulo.

Já em 1992, este papel "compensatório" que tem sido atribuído aos serviços não se verificou. Aparentemente, os eventuais espaços ocupacionais existentes neste setor foram preenchidos em 1991. Isto, associado com o comportamento do emprego nos demais setores de atividade, implicou o expressivo crescimento do desemprego em 1992.

A evolução do emprego assalariado no setor de serviços, em 1991, apresentou

algumas diferenças em relação ao observado na indústria e no comércio. Houve crescimento do nível de ocupação, tanto em 1990 como em 1991, através da ampliação do emprego de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, contrariando a tendência observada nos demais setores de atividade da Região Metropolitana de São Paulo. Em 1992, ao contrário, houve queda do assalariamento no setor e crescimento do contingente de trabalhadores autônomos.

Quanto aos rendimentos dos ocupados no setor, não se observou qualquer comportamento específico. À semelhança dos demais setores, também ali ocorreu diminuição dos rendimentos médios para todas as posições ocupacionais: assalariados com e sem carteira de trabalho assinada e autônomos.

A Evolução do Perfil da População Economicamente Ativa

Um dos principais aspectos da retração do mercado de trabalho na Grande São Paulo pode ser captado através da análise da evolução da condição de atividade dos chefes de domicílio, um dos segmentos mais atingidos pela elevação do desemprego, entre 1989 e 1992.

A análise da taxa de desemprego dos chefes de domicílio mostra a intensificação do crescimento do desemprego destes trabalhadores. Em 1989, essa taxa era de 4,1%, passou a 5,2%, em 1990, aumentou para 7,0%, em 1991, e chegou a 8,2%, em novembro de 1992.

O segmento mais afetado é composto por homens nas faixas de 25 a 39 anos e com 40 anos e mais, que se constituem nos grupos em que se encontra um significativo contingente de chefes de família. É importante assinalar também que os chefes de domicílio apresentaram, no período em análise, uma elevação marcante de sua participação no conjunto dos desempregados que exercem trabalhos precários e irregulares, devido às dificuldades de se reinsereirem como ocupados.

A análise de participação dos diversos membros da família no mercado de trabalho segundo faixa etária, a partir de 1990, tem mostrado que, no caso dos filhos, há

um comportamento diferenciado segundo faixas etárias e sexo. O grupo etário que mostrou maior queda da taxa de participação no mercado de trabalho foi o de homens jovens, dos 10 aos 17 anos. Em 1990 e 1991(1), houve sensível redução de sua presença como ocupados, o que fez com que uma parcela desses jovens se retirasse do mercado de trabalho.

Para os homens de 18 a 24 anos, um dos grupos de maior participação no mercado de trabalho e composto majoritariamente por filhos, têm havido aumentos sistemáticos da taxa de desemprego, a partir de 1989.

O comportamento do contingente de filhas, que compõem basicamente o segmento de mulheres na faixa etária de 10 a 17 anos, mostrou significativa redução em sua participação no mercado de trabalho em 1990, mantendo-se estável em 1991. Para as filhas com idade entre 18 e 24 anos, nota-se o mesmo processo ocorrido para as mais jovens, porém com maior intensidade, elevando a sua taxa de desemprego entre 1989 e 1991.

Além disso, as condições adversas do mercado de trabalho para os principais responsáveis pelo núcleo familiar e para os filhos, bem como a falta de perspectiva de retomada do crescimento do emprego na indústria, geraram, em 1991, um novo movimento no mercado de trabalho: o ingresso de mulheres casadas, em especial daquelas de 40 anos e mais.

Isto pode ser inferido a partir do comportamento de vários indicadores e, particularmente, do incremento da taxa de participação dos cônjuges na população economicamente ativa, o que significa que um número crescente de mulheres casadas passou a estar no mercado de trabalho, como ocupadas ou desempregadas. A taxa de participação dos cônjuges, que girava em torno de 39% em 1989 e 1990, aumentou para 43% em 1991 e chegou a 45,6%, em novembro de 1992, uma das mais altas para este segmento, desde o início da pesquisa.

Se parte deste segmento populacional conseguiu um posto de trabalho, a situação de desemprego também se mostrou crescente. Ao longo do período 1989-91, a taxa de desemprego dos cônjuges aumentou de forma marcante. Em novembro de 1992,

atingiu 14,2%.

O conjunto das informações disponíveis explicita, do ponto de vista do mercado de trabalho, o processo de ajuste da economia, iniciado em 1990, e evidencia seus reflexos sobre a composição da população economicamente ativa. Verifica-se ter ocorrido uma reorganização da inserção produtiva dos membros da família como forma de recompor o orçamento doméstico e garantir a sua sobrevivência, dado o aumento do desemprego dos chefes de domicílio e a grande redução do valor dos rendimentos do trabalho.

As Estratégias de Sobrevivência

No período em análise, houve intensa elevação do desemprego, em especial do oculto pelo trabalho precário(2), que representa uma forma de se obter algum rendimento para garantir a sobrevivência imediata, através do exercício de atividades intermitentes, enquanto mantém-se a procura de trabalho.

É importante indicar ainda que, mesmo com o crescimento do percentual de mulheres desempregadas que realizaram trabalhos precários, foi entre os homens que se deu a utilização mais intensa deste recurso. Isto decorre, provavelmente, da sua condição de chefe de domicílio e da impossibilidade de permanecerem em desemprego aberto por um período prolongado. O crescimento da taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário é expressivo no caso dos chefes de domicílio, bem como no conjunto dos indivíduos com 40 anos e mais.

A situação dos que se encontravam em desemprego aberto - que correspondiam a 68% dos desempregados, em 1991, e 58%, em novembro de 1992 - não foi diferente. Ampliou-se o percentual dos que dependiam, para sua sobrevivência, da ajuda de parentes, associada aos rendimentos de outras pessoas do domicílio que se encontravam ocupadas.

Para se avaliar as tentativas de recomposição do orçamento familiar, devem ser consideradas as modificações ocorridas na composição do mercado de trabalho. Isto porque os principais responsáveis pela subsistência doméstica - os chefes de do-

micílio, homens e pessoas com 25 anos e mais, em geral - foram os que mais sofreram as consequências da deterioração do mercado de trabalho.

A análise dos dados revela que a reinserção possível para os homens tem sido, em dimensão cada vez menor, nas atividades de comércio e serviços. Em ambos os setores verificou-se maior participação de homens em postos de trabalho mais precários, como é o caso dos assalariados sem carteira de trabalho assinada, autônomos para empresas que trabalham para o público, prestando serviços sem instalação fixa ou como donos de pequenos negócios.

Deve-se destacar ainda que a análise anterior é confirmada pela queda na participação dos homens como assalariados com carteira de trabalho assinada na indústria, no comércio, na construção civil e no setor público, sem esquecer o expressivo crescimento de seu desemprego.

Neste contexto, coube às mulheres (cônjuges ou filhas) a tentativa de se inserirem no mercado de trabalho para ajudar no sustento da família. No entanto, considerando-se as condições existentes, o aumento da ocupação das mulheres pode ser encontrado principalmente em atividades do comércio e dos serviços, como assalariadas sem carteira de trabalho assinada, autônomas que trabalham para empresas ou em atividades que possam ser exercidas na própria residência, além de sua inserção crescente como empregadas domésticas diaristas ou mensalistas, sem carteira de trabalho assinada.

** Leila Tendrih e Sinésio P. Ferreira são Analistas da Fundação SEADE.*

NOTAS

(1) As informações com este nível de desagregação para 92 ainda não estão disponíveis.

(2) Pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás.